

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/16351	22405/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DPO - DRUH - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

Programa 1.º Direito – Pré-Análise das Candidaturas dos Beneficiários Diretos - Acordo de Representação

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Assunto: Processo n.º18258/2025 – Programa 1.º Direito – Pré-Análise das Candidaturas dos Beneficiários Diretos

1. Caraterização do assunto

1.1. No âmbito do Aviso de Publicitação N.º01/CO2-i01/2021, referente ao Investimento RE-CO2-i01 – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, Componente 02 – Habitação, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), encontra-se publicadas no portal da habitação a lista das candidaturas ordenadas.

Com vista a agilizar o processo de aprovação e implementação das soluções habitacionais, das candidaturas ao referido Aviso, por correio eletrónico datado de 27 de janeiro de 2025, o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP (IHRU, I.P.) solicitou o apoio e os bons ofícios do Município de Braga para a realização de uma análise prévia das candidaturas dos beneficiários diretos do seu território que ainda não tenham sido analisadas pelo IHRU, IP.

Este pedido foi dirigido a todos os Municípios e Empresas Municipais de Habitação.

A cooperação na análise das candidaturas depende obrigatoriamente da celebração de acordos de representação, entre o Município e os Beneficiários Diretos, nos termos da minuta que se junta em anexo.

A cooperação na análise prévia das candidaturas foi aceite pelo Município de Braga a 5 de fevereiro de 2025, por correio eletrónico dirigido à Direção de Programa de Apoio à Habitação do IHRU, IP, tendo, no entanto, sido informado que não tem recursos disponíveis para essa tarefa, pelo que foi contratada equipa externa para o efeito.

1.2. Por correio eletrónico de 26 de fevereiro o IHRU, I.P. informa:

"Exmo(a) Senhor(a) Presidente da Câmara,

Vimos, por este meio, agradecer a vossa colaboração ao se disponibilizarem para proceder à análise prévia das candidaturas dos beneficiários diretos do vosso território, que, até à data, ainda não foram analisadas pelo IHRU, IP.

Em anexo, encaminhamos a listagem dos referidos beneficiários diretos, bem como a minuta do Acordo de Representação (já enviada anteriormente).

Salientamos que a primeira lista contempla as candidaturas dos BDs que se encontram dentro da meta dos 26.000 fogos, financiados via PRR (primeira prioridade para análise), enquanto a segunda lista contempla as restantes, que transitarão para a Resolução do Conselho de Ministros n.º129/2024, de 25 de setembro e que deverão ser analisadas de acordo com o respetivo grau de maturidade.

(...)



(...)

Cumpra voltar a salientar que a realização da análise está condicionada à celebração de acordos de representação com os beneficiários em causa.

Especificamente, nos termos do no artigo 61.º, n.º2, do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, na sua redação e da referida minuta, os Beneficiários Diretos conferem ao Município os poderes de representação para, em seu nome e interesse, celebrar, designadamente, o contrato de empreitada. Por sua vez, o Município, a fim de garantir a exequibilidade da solução habitacional, aceita, gratuitamente, representar os beneficiários diretos, praticando os atos necessários em seu nome e por sua conta, incluindo a celebração de contratos, assunção de despesas e efetuação de pagamentos – cuja conta bancária poderá ser titulada em nome do Município.

A minuta, que poderá ser eventualmente alterada se assim o entenderem, enfatiza a importância de que os desembolsos a serem efetuados pelo IHRU sejam realizados à Autarquia. Este procedimento visa assegurar tanto a execução física como financeira do investimento, garantindo, assim, a viabilidade e a integridade do projeto.

Caso seja adotada a minuta do Acordo de Representação, a celebrar entre o Município e os beneficiários diretos, disponibilizada pelo IHRU, I.P., o Município não terá de aplicar as regras de contratação pública. Com efeito, nos termos da referida minuta, os Beneficiários Diretos atribuem ao Município os poderes de representação, para em seu nome e no seu interesse, celebrar, designadamente, o contrato de empreitada. E o Município, para garantir a exequibilidade da solução habitacional, aceita, gratuitamente, representar os beneficiários diretos, e em nome e por conta destes praticar diversos atos.

Na expectativa de que esta colaboração se traduza na concretização dos objetivos do Programa e no cumprimento das metas do PRR, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais. Com os melhores cumprimentos,”

2. Pareceres internos

2.1. Com vista à celebração do respetivo acordo, a 7 de maio, a **Divisão de Assessoria e Apoio Jurídico**, lavra parecer jurídico, superiormente validado, onde consta, em suma:

(...) com vista à celebração do respetivo acordo a Divisão de Reabilitação Urbana e Habitação suscita que sejam esclarecidas as seguintes questões:

- a) O representante do Município;*
- b) Os poderes de representação que o Município poderá assumir à sua condição de Representante do Beneficiário Direto, para além das previstas no n.º1 da Cláusula 3.º as estabelecidas na Cláusula 4.º;*
- c) Se a disponibilização das verbas será efetuada por transferência bancária para conta de depósito à ordem, titulada em nome do Município ou do Beneficiário Direto, para utilização exclusiva da candidatura. Caso seja assumida pelo Município será necessário articular com a Unidade Orgânica competente e ponderar a eventual necessidade de criação de IBAN exclusivo para esse efeito;*
- d) Se o Acordo de Representação tem de ser levado a aprovação em Reunião de Câmara*

(...)



(...)

Ora:

- a) *Nos termos do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, «compete ao presidente da câmara municipal: a) Representar o município em juízo e fora dele». Tal competência encontra-se delegada, por despacho de delegação de competências, em todos os Vereadores, nas suas respetivas áreas de responsabilidade.*

Assim, poderá ser o Sr. Vereador, com a área de responsabilidade da Habitação, Dr. João Rodrigues, no uso de competência delegada, a assinar o acordo de representação, ou o Sr. Presidente da Câmara, no uso de competência própria;

- b) *Os contributos e análises apresentados à minuta do acordo de representação resultam dos comentários efetuados no próprio documento.*

(...)

Propõe-se ainda o aditamento dos seguintes números:

- O Município poderá, no âmbito da execução do presente acordo, recorrer a terceiros, para a realização de tarefas acessórias ou especializadas, que se mostrem necessárias.

- Designa-se como responsável pelos atos necessários à boa execução do presente acordo, o Chefe de Divisão de Reabilitação Urbana e Habitação, a quem se conferem designadamente os poderes para a prática dos atos previstos no n.º1.

O objetivo é, por um lado salvaguardar que possamos ter um terceiro a auxiliar o acompanhamento e execução do apoio, e por outro, que haja uma pessoa designada (à semelhança de um "gestor de contrato") que ficará responsável pela prática dos atos necessários à execução do programa.

(...)

Sugerimos que seja autonomizado um artigo que preveja de que forma serão efetuadas as transferências do IRHU.

- a) *Entende-se mais acautelado, uma vez que o Município atuará nas vestes de gestor de negócio, que a disponibilização das verbas seja efetuada por transferência bancária para conta de depósito à ordem, titulada em nome do próprio Município, devendo articular-se com o DCF-Divisão de Contabilidade a melhor forma de operacionalizar a transferência.*

Só assim estará o Município em condições de assegurar uma boa gestão dos valores atribuídos, i.e., que os valores são efetivamente aplicados no objeto a que se destinam.

(...)



(...)

b) *Considerando que este se trata de um projeto de interesse municipal, que visa suprir condições de habitação deficitárias de habitantes do Município de Braga, e cujo financiamento do programa compete à Administração Central, com a qual colaboramos, identificando os (eventuais) beneficiários, e com especial incidência no ano de 2025, no qual existirá associado um PRR, e quando atuaremos também em nome e no interesse dos referidos beneficiários, nomeadamente para realização de contratos e acompanhamento das obras de melhoramento das habitações, entende-se acautelado que seja submetido à aprovação do Executivo Municipal:*

- *A aprovação do pedido do IRHU, IP., para colaboração na concretização dos objetivos do Programa 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação e no cumprimento das metas do PRR;*
- *Que em anexo à proposta, seja junta a minuta do acordo de representação.*

2.2. Em 21 de maio de 2025 a chefe da **Divisão de Contabilidade** remete para o endereço eletrónico da DRUH, o IBAN do Município de Braga associado a todos os financiamentos do PRR e designa técnico para acompanhar o processo.

3. Proposta: Face ao exposto propõe-se que se submeta à apreciação do Executivo Municipal a aprovação da minuta do Acordo de Representação.



ACORDO DE REPRESENTAÇÃO

CONSIDERANDO QUE:

- A. Na Estratégia Local de Habitação do Município de Braga foram identificados 1323 (mil trezentos e vinte e três) agregados, que reúnem os requisitos cumulativos de elegibilidade previstos no Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, na sua atual redação;
- B. Nos termos do n.º4 do artigo 59º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, na sua atual redação, o Município de Braga, comunicou às pessoas e agregados a aprovação da ELH, bem como a sua condição de Beneficiários Diretos;
- C. Se encontram reunidas as condições e os requisitos previstos no ponto 2.2.2 e 3.3 do Aviso n.º01/CO2i01/2021, que estabelece as condições e os procedimentos aplicáveis à contratualização dos financiamentos do Programa 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, no âmbito do Investimento RE-C02-i01 "Programa de Apoio ao Acesso à Habitação" do Plano de Recuperação e Resiliência, adiante PRR;
- D. O Município, ao abrigo do disposto nos artigos 60.º e 61.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, e no 16.º da Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, nas suas atuais redações, pode participar ou acompanhar a promoção de qualquer solução habitacional apoiada ao abrigo do 1.º Direito, em parceira ou em representação, devendo ser celebrado um acordo no âmbito qual são definidas as condições de desenvolvimento da correspondente solução habitacional, bem como, se for o caso, os poderes atribuídos ao município para efeito da representação;

ENTRE:

_____, (estado civil) portador/a do cartão de cidadão n.º _____ e contribuinte fiscal n.º _____, com o correio eletrónico _____, residente/s em _____, de ora em diante designada/o por Beneficiário Direto;

E

O **Município de Braga**, com sede na Praça do Município, 4700-435 Braga, pessoa coletiva número 506901173, com o correio eletrónico servico.druh@cm-braga.pt, representado por Dr. João Vasconcelos Barros Rodrigues, portador do cartão de cidadão _____, válido até _____, contribuinte fiscal _____, que outorga na qualidade de vereador dos Pelouros de Planeamento e Ordenamento, Gestão Urbanística, Regeneração Urbana, Habitação, Inteligência Urbana e Inovação Tecnológica, com competências delegadas e subdelegadas nos termos do respetivo despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 18 de outubro de 2021, em conformidade com o n.º1 do artigo 34.º e n.º2 do artigo 36.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, de ora em diante designado de Município;

CONJUNTAMENTE, DESIGNADOS POR "Partes".



É ajustado e reduzido a escrito o presente **Acordo de Representação**, ao abrigo dos artigos 60.º e 61.º do Decreto-Lei n.º37/2018, de 4 de junho, e no 16.º da Portaria n.º230/2018, de 17 de agosto, nas suas atuais redações e do normativo comunitário aplicável ao Plano de Recuperação e Resiliência e pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

(Identificação da habitação)

O Beneficiário Direto é legítimo *proprietário/comproprietário/usufrutuário ou herdeiro (identificar a opção concreta)* da *fração autónoma designada pela letra "___" correspondente ao _____ (andar) do prédio urbano submetido ao regime de propriedade horizontal ou do prédio urbano (selecionar a opção concreta) sito em _____*, freguesia de _____, concelho de _____, descrito na Conservatória do Registo Predial de _____ da dita freguesia, inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo _____ da freguesia de _____, conforme Certidão Predial Permanente com o código de acesso _____.

Cláusula 2ª

(Solução habitacional)

O Beneficiário Direto apresentou ao IHRU, I.P. uma candidatura a apoio financeiro não reembolsável, destinada a financiar a reabilitação da habitação própria e permanente de que é titular, adiante designada por Projeto, ao abrigo do Programa 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, no âmbito da Estratégia Local de Habitação do Município de Braga, e nos termos do Aviso n.º01/CO2i01/2021, que estabelece as condições e os procedimentos aplicáveis à contratualização dos financiamentos do programa 1.º Direito, no âmbito do Investimento RE-CO2-i01 "Programa de Apoio ao Acesso à Habitação" do Plano de Recuperação e Resiliência (adiante Programa e PRR).

Cláusula 3.ª

(Representação)

1. O Beneficiário Direto atribui ao Município os poderes de representação, para em seu nome e no seu interesse, no âmbito da solução habitacional melhor identificada na Cláusula anterior do presente Acordo:

- a) Instruir e apresentar ao IHRU, I.P. a candidatura melhor identificada na Cláusula 2.ª do presente Acordo, entregando todos os elementos instrutórios e documentos solicitados pelo IHRU, I.P. para o efeito;
- b) Outorgar o contrato de financiamento com o IHRU, I.P.;



- c) Celebrar o contrato de empreitada, bem como os conexos com esta que se revelem necessários para a concretização da solução habitacional melhor identificada na Cláusula 2.^a do presente Acordo;
 - d) Executar e concluir o Projeto nos termos e condições aprovados, tomando as medidas que se revelem necessárias para assegurar o cumprimento do cronograma aprovado pelo IHRU, I.P.;
 - e) Praticar todos os procedimentos e atos, materiais e jurídicos necessários à candidatura, execução e conclusão do Projeto, designadamente os constantes da Cláusula 4.^a do presente Acordo.
2. O Município, para garantir a exequibilidade da solução habitacional, aceita, gratuitamente, representar o Beneficiário Direto, e em nome e por conta deste praticar os atos melhor descritos no número anterior.
 3. O Município poderá, no âmbito da execução do presente acordo, recorrer a terceiros, para a realização de tarefas acessórias ou especializadas, que se mostrem necessárias.
 4. Designa-se como responsável pelos atos necessários à boa execução do presente acordo, o Chefe de Divisão de Reabilitação Urbana e Habitação, a quem se conferem designadamente os poderes para a prática dos atos previstos no n.º1.
 5. O mandato considera-se irrevogável e conferido no interesse do Município, não podendo ser revogado sem o acordo deste.

Cláusula 4.^a

(Obrigações do Município)

1. O Município declara conhecer e cumprir as obrigações inerentes à sua condição de Representante do Beneficiário Direto, para além das previstas no n.º1 da Cláusula 3.^a, nomeadamente as seguintes:
 - a) Possuir ou assegurar os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários à implementação e realização do Projeto;
 - b) Apresentar os relatórios de progresso desenvolvidos em modelo a definir pelo IHRU, I.P., com uma periodicidade trimestral ou sempre que solicitados;
 - c) Comunicar as alterações ou ocorrências relevantes que ponham em causa os pressupostos relativos à aprovação do Projeto;



- d) Aceitar, sem prejuízo de outros mecanismos de acompanhamento e controlo que venham a ser adotados, o acompanhamento e controlo, por parte das entidades nacionais e comunitárias competentes no âmbito do PRR, para verificação da boa execução e legalidade do Projeto e do cumprimento dos objetivos e das obrigações resultantes deste contrato, nomeadamente:
- O direito dessas entidades a efetuar inquéritos e verificar e inspecionar, nos respetivos locais, a realização física e financeira do Projeto, bem como os correspondentes elementos e documentos;
 - Assegurar que os terceiros envolvidos na execução dos fundos do PRR lhes concedam direitos e acesso equivalentes;
- e) Dispor de um processo relativo ao Projeto, em suporte digital, com toda a documentação relacionada com o mesmo devidamente organizada, incluindo o suporte de um sistema de contabilidade para todas as transações;
- f) Entregar todas as informações e documentação que lhe sejam solicitados para efeitos de acompanhamento e fiscalização do cumprimento das condições e dos deveres inerentes à concessão do apoio objeto do presente Contrato, nomeadamente, as necessárias à monitorização e verificação da execução física e financeira do Projeto em cumprimento do prazo e das condições do Programa, em especial os dados que comprovem o regular e pontual cumprimento em relação:
- i) Aos termos de execução do investimento de acordo com o respetivo plano de execução física e financeira;
 - ii) Do princípio de “Não Prejudicar Significativamente”, em especial quanto aos requisitos de eficiência energética e ou de procura de energia primária nos termos determinados na legislação nacional e nas condições exigidas pelo PRR; e
 - iii) Às condições e data de entrega das habitações objeto do investimento;
- g) Assegurar que os requisitos para cumprimento do princípio de “Não Prejudicar Significativamente”, a que se refere a subalínea ii) da alínea anterior, constam da contratação dos projetos e das obras;
- h) Entregar ao IHRU, I.P., toda a informação e elementos necessários para efeito das obrigações de reporte deste enquanto Beneficiário Intermediário do Programa;



- i) Disponibilizar, nos prazos estabelecidos, os elementos que lhe forem solicitados pelas entidades com competências para o acompanhamento, avaliação de resultados, controlo e auditoria e participar em processos de inquirição relacionados com as mesmas;
- j) Assegurar a autenticidade e segurança da informação prestada, através de sistemas de autenticação e assinatura eletrónica, nos termos do artigo 7.º, n.º3, da Portaria n.º 138-C/2021, de 30 de junho;
- k) Assegurar, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Estrutura de Missão «Recuperar Portugal», que toda a informação relativa ao Projeto, incluindo os dados financeiros e os dados sobre o desempenho, necessários para garantir uma pista de auditoria adequada, são conservados em conformidade, designadamente nos termos do disposto no artigo 132.º do Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de julho de 2018;
- l) Conservar os documentos relativos à realização do Projeto, sob a forma de documentos originais ou de cópias autenticadas, preferencialmente em suporte digital, durante o prazo de 6 anos, sem prejuízo dos prazos de conservação de documentos estabelecidos para efeitos fiscais, podendo a Autoridade Tributária e Aduaneira utilizá-los para todos os efeitos legais, incluindo no âmbito de procedimentos de inspeção tributária;
- m) Autorizar o acesso, tratamento e divulgação dos dados necessários ao cumprimento das regras de gestão e de monitorização das verbas do Programa e das regras da transparência, bem como o acesso a bases de dados públicas, designadamente do ficheiro nacional de pessoas coletivas do Instituto de Registos e Notariado, I.P., dos dados da Autoridade Tributária e do sistema de dívidas à Segurança Social, quando aplicável;
- n) Utilizar e tratar os dados pessoais relativos à informação a recolher apenas para os fins da candidatura em apreço, pela duração das auditorias de quitação e dos processos de controlo relacionados com a utilização dos fundos;
- o) Proceder à publicitação dos apoios, em conformidade com o disposto na legislação europeia e nacional aplicável, designadamente na Orientação Técnica n.º5/2021 - Guia de Comunicação e Informação para os beneficiários do PRR e no Aviso n.º18729/2021, publicado na Série II do Diário da República n.º 193/2021, de 2021-10-04;
- p) Manter as condições legais necessárias ao exercício da atividade;
- q) Ter um sistema de contabilidade organizada, nos termos da legislação aplicável;
- r) Adotar comportamentos que respeitem os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos;



- s) Adotar as medidas adequadas para proteger os interesses financeiros da União Europeia e para assegurar que a utilização de fundos em relação a medidas apoiadas pelo PRR cumprem o direito da União e o direito nacional aplicáveis, em especial no que respeita à prevenção, deteção e correção de fraudes, corrupção, conflito de interesses e duplo financiamento;
- t) Cumprir o disposto no Decreto-Lei n.º37/2018, de 4 de junho, na Portaria n.º230/2018, de 17 de agosto, nas suas atuais redações, no normativo comunitário aplicável ao Plano de Recuperação e Resiliência, na Portaria n.º138-C/2021, de 30 de junho, e no Aviso n.º 01/CO2-i01/2021;
- u) Entregar a declaração de que verificou a elegibilidade das pessoas e dos agregados, nos termos do artigo 15.º da Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, na sua atual redação, dentro dos prazos estabelecidos pelo IHRU I.P..

Cláusula 5ª

(Obrigações do Beneficiário Direto)

O Beneficiário Direto declara conhecer e cumprir as obrigações inerentes à sua condição de Beneficiário, nomeadamente:

- a) Manter a sua situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- b) Manter a sua situação regularizada em matéria de dívidas e impedimentos no âmbito dos fundos europeus;
- c) Não cumular apoios para os mesmos custos financiados ao abrigo do presente contrato, em consonância com o Requisito 5 do número 3.3.1 do Aviso n.º 01/CO2-i01/2021, e, se aplicável, informar sobre os apoios que abrangem outros custos do mesmo investimento;
- d) Não afetar a outras finalidades, nem alienar, a habitação objeto da candidatura durante o prazo de vigência do regime especial de alienação previsto no n.º 1 do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, na sua atual redação, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 2 a 10 desta norma legal;
- e) Autorizar o acesso, tratamento e divulgação dos dados necessários ao cumprimento das regras de gestão e de monitorização das verbas do Programa e das regras da transparência, bem como o acesso a bases de dados públicas, designadamente do ficheiro nacional de pessoas coletivas do Instituto de Registos e Notariado, I.P., dos dados da Autoridade Tributária e do sistema de dívidas à Segurança Social, quando aplicável;



- f) Adotar as medidas adequadas para proteger os interesses financeiros da União Europeia e para assegurar que a utilização de fundos em relação a medidas apoiadas pelo PRR cumprem o direito da União e o direito nacional aplicáveis, em especial no que respeita à prevenção, deteção e correção de fraudes, corrupção, conflito de interesses e duplo financiamento;
- g) Repor os montantes indevidamente recebidos e cumprir as sanções administrativas aplicadas;
- h) Cumprir o disposto no Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, na Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, nas suas atuais redações, no normativo comunitário aplicável ao Plano de Recuperação e Resiliência, na Portaria n.º 138-C/2021, de 30 de junho, e no Aviso n.º 01/CO2-i01/2021.

Cláusula 6ª

(Condições de Financiamento)

O Beneficiário Direto declara conhecer e aceitar as condições de financiamento, nomeadamente, que:

- a) A disponibilização do montante pelo IHRU, I.P. será efetuada até ao limite de 95 %, ficando o pagamento do respetivo saldo (5 %) condicionado à apresentação por parte do Município, enquanto representante do Beneficiário Direto, do pedido de pagamento de saldo final e relatório final, confirmando a execução da operação nos termos aprovados.
- b) O IHRU, I.P. disponibilizará o financiamento aprovado desde que cumpridas, cumulativamente, as seguintes condições:
 - i. Existência de disponibilidade de tesouraria;
 - ii. Existência de situação contributiva e tributária regularizada do Beneficiário Direto;
 - iii. Existência de situação regularizada do Beneficiário Direto em matéria de dívidas e impedimentos no âmbito dos fundos europeus;
 - iv. Confirmação da titularidade da conta bancária;
 - v. Entrega dos documentos comprovativos da boa aplicação dos montantes já recebidos;
 - vi. Estar em vigor o protocolo, previsto no contrato de financiamento e que regula os procedimentos de tesouraria, estabelecido entre a estrutura de missão Recuperar Portugal, a Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C) e o Beneficiário Intermediário.
- c) A disponibilização das verbas será efetuada por transferência bancária para a conta de depósito à ordem titulada em nome do Município de Braga para utilização exclusiva da candidatura em apreço, com o seguinte IBAN: PT50 0045 1450 40207109363 85



Cláusula 7ª

(Dados Pessoais)

1. O Beneficiário Direto consente e aceita a recolha e tratamento dos seus dados pessoais pelo Município, de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais.
2. Os dados pessoais do Beneficiário Direto serão objeto de operações de tratamento de dados, designadamente de armazenamento, indo ser utilizados pelo Município no âmbito da presente relação contratual.
3. Ao Beneficiário Direto é garantido, nos exatos termos da legislação de proteção de dados pessoais, o direito de acesso, retificação, atualização ou eliminação dos seus dados pessoais, bem como o direito de se opor à utilização dos mesmos para as finalidades descritas no número anterior, devendo para o efeito contactar o Município.

Cláusula 8ª

(Disposições Finais)

Em tudo o que não esteja expressamente regulado no presente contrato, são aplicadas as disposições legais europeias e nacionais vigentes.

Cláusula 9ª

(Vigência)

O presente contrato produz efeitos na data da sua assinatura e mantém-se em vigor até ao integral cumprimento de todas as obrigações dele emergentes.

___ de junho de dois mil e vinte e cinco

O BENEFICIÁRIO DIRETO

O MUNICÍPIO DE BRAGA

